

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE EMPRESAS COOPERATIVAS E NÃO COOPERATIVAS DO AGRONEGÓCIO NO PERÍODO DE 2023 A 2025

**ANALYSIS OF THE ECONOMIC AND FINANCIAL PERFORMANCE OF
COOPERATIVE AND NON-COOPERATIVE AGRIBUSINESS COMPANIES
FROM 2023 TO 2025**

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 20/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792353715](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792353715)

Maria Fernanda da Silva
Mauro Norberto da Cunha

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro de empresas cooperativas e não cooperativas do agronegócio no período de 2023 a 2025, buscando identificar diferenças relacionadas à rentabilidade, liquidez, estrutura de capital e eficiência operacional. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa e documental, fundamentada em informações contábeis e financeiras disponibilizadas pelas organizações analisadas. Foram considerados indicadores econômico-financeiros capazes de evidenciar a capacidade de geração de resultados, o equilíbrio financeiro e a utilização dos recursos empregados nas atividades empresariais. A análise possibilitou comparar a evolução dos principais indicadores entre os dois modelos organizacionais e verificar seu comportamento ao longo do período estudado. Os resultados evidenciaram diferenças na estrutura e no desempenho das organizações, associadas às características de gestão, à composição patrimonial e às estratégias adotadas. Conclui-se que a análise conjunta dos indicadores constitui instrumento relevante para compreender o desempenho econômico-financeiro e subsidiar avaliações sobre a gestão das empresas do agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio; Cooperativas; Desempenho econômico-financeiro.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the economic and financial performance of agribusiness cooperatives and non-cooperative firms from 2023 to 2025, seeking to identify differences regarding profitability, liquidity, capital structure, and operational efficiency. The research is descriptive in nature, employing a quantitative and documentary approach based on accounting and financial data

provided by the organizations under analysis. Economic and financial indicators were used to assess the capacity to generate earnings, financial equilibrium, and the utilization of resources employed in business activities. The analysis allowed for a comparison of the evolution of key indicators between the two organizational models and an examination of their behavior throughout the studied period. The results revealed differences in the structure and performance of these organizations, linked to their management characteristics, asset composition, and adopted strategies. It is concluded that a comprehensive analysis of these indicators serves as a relevant tool for understanding economic and financial performance and for supporting evaluations of management within agribusiness enterprises.

Keywords: Agribusiness; Cooperatives; Economic and financial performance.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio constitui um dos principais segmentos da economia brasileira, exercendo papel estratégico na geração de renda, empregos, divisas e no abastecimento dos mercados interno e externo. A relevância do setor está associada não apenas à produção agropecuária, mas também às atividades de processamento, industrialização, comercialização, distribuição e fornecimento de insumos, formando uma extensa cadeia produtiva. Nesse contexto, a dinâmica do agronegócio brasileiro está diretamente relacionada às condições econômicas, financeiras, climáticas e mercadológicas que influenciam a formação dos custos, os preços das commodities, o acesso ao crédito e a capacidade de geração de resultados das organizações.

Entre os estados brasileiros, o Paraná apresenta significativa participação nas atividades agropecuárias e agroindustriais, destacando-se pela presença de cooperativas e empresas privadas que desempenham funções relevantes na produção, transformação e comercialização de produtos e insumos agrícolas. A estrutura produtiva paranaense caracteriza-se pela coexistência de diferentes modelos organizacionais, entre os quais se encontram as cooperativas agroindustriais e as empresas constituídas sob modelos societários tradicionais. Embora ambas estejam inseridas em um ambiente econômico semelhante, suas finalidades institucionais, estruturas de governança, formas de distribuição dos resultados e relações com seus diferentes públicos de interesse apresentam particularidades que podem repercutir sobre sua gestão e desempenho econômico-financeiro.

As cooperativas agropecuárias apresentam uma lógica organizacional associada à atuação conjunta de seus cooperados, buscando atender às necessidades econômicas e sociais de seus membros e fortalecer sua inserção nas cadeias produtivas. As empresas não cooperativas, por sua vez, possuem estruturas de propriedade e objetivos econômicos distintos, geralmente associados à geração de resultados e à remuneração do capital investido. Essas diferenças podem refletir-se na composição dos ativos e passivos, nas fontes de financiamento, na política de investimentos, no nível de endividamento e na capacidade de geração de resultados. Dessa forma, a comparação entre esses modelos torna-se relevante para compreender se as características organizacionais estão associadas a diferentes padrões de desempenho financeiro.

Nesse sentido, a análise das demonstrações contábeis constitui importante instrumento para avaliação da situação econômico-financeira das organizações. Por meio da análise de estrutura e evolução e da utilização de indicadores financeiros, torna-se possível examinar a evolução e a composição do patrimônio, bem como aspectos relacionados à capacidade de pagamento, à estrutura de capital e à geração de resultados. Os indicadores de liquidez permitem avaliar a capacidade de cumprimento das obrigações, enquanto os indicadores de endividamento possibilitam analisar a dependência de recursos de terceiros e a estrutura de financiamento. Já os indicadores de rentabilidade contribuem para a avaliação da eficiência na geração de resultados em relação aos recursos empregados na atividade empresarial.

A utilização desses instrumentos mostra-se particularmente relevante quando se consideram as transformações observadas no ambiente econômico do agronegócio no período de 2023 a 2025. Durante esse intervalo, as organizações do setor estiveram expostas a diferentes fatores capazes de afetar seu desempenho, incluindo oscilações nos preços das commodities agrícolas, alterações cambiais, mudanças nas taxas de juros, elevação dos custos operacionais e de produção, além dos efeitos associados às condições climáticas. Tais fatores não necessariamente produzem impactos homogêneos sobre as organizações, uma vez que suas consequências podem ser condicionadas pela estrutura de capital, pelo modelo de governança, pela diversificação das atividades e pelas estratégias de gestão adotadas.

Diante dessa conjuntura, a análise comparativa entre diferentes modelos organizacionais pode contribuir para identificar padrões de comportamento econômico-financeiro e compreender como

cooperativas e empresas não cooperativas respondem a condições semelhantes de mercado. A comparação sistemática dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, associada às análises de estrutura e de evolução das demonstrações contábeis, permite ampliar a compreensão acerca da evolução financeira das organizações selecionadas e verificar possíveis diferenças relacionadas às suas características institucionais e econômicas.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar e comparar o desempenho econômico-financeiro de organizações cooperativas e não cooperativas atuantes no agronegócio paranaense, no período de 2023 a 2025, utilizando como objeto de análise a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, a Integrada Cooperativa Agroindustrial, a Nortox S.A. e a AB Agrobrasil. A investigação considera informações provenientes das demonstrações contábeis das organizações selecionadas, com ênfase na análise de estrutura e evolução e nos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, buscando identificar diferenças e tendências no comportamento econômico-financeiro dos dois modelos organizacionais.

A relevância do estudo manifesta-se tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito gerencial. No campo científico, a pesquisa contribui para as discussões relacionadas à contabilidade, à análise financeira e à gestão de organizações inseridas no agronegócio, especialmente ao estabelecer uma comparação entre estruturas cooperativas e não cooperativas. No âmbito prático, os resultados podem oferecer informações úteis a gestores, cooperados, investidores, instituições financeiras, analistas e demais usuários das demonstrações contábeis, auxiliando na interpretação da

capacidade financeira, da estrutura de capital e da geração de resultados das organizações analisadas.

Além disso, a investigação mostra-se pertinente diante da importância econômica das organizações selecionadas e da necessidade de compreender seus mecanismos de adaptação a um ambiente caracterizado por elevada exposição às condições de mercado. A identificação de diferenças nos indicadores econômico-financeiros pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada das implicações decorrentes dos distintos modelos organizacionais, sem pressupor, de forma antecipada, que um modelo seja necessariamente superior ao outro. Assim, a análise busca fundamentar a comparação em evidências contábeis observáveis e em procedimentos quantitativos, permitindo uma avaliação sistemática do comportamento das organizações ao longo do período estudado.

Dessa maneira, a pesquisa parte do seguinte questionamento: há diferenças no desempenho econômico-financeiro entre cooperativas e empresas não cooperativas do agronegócio no período de 2023 a 2025? A partir dessa questão, busca-se verificar, mediante evidências extraídas das demonstrações contábeis, se as diferenças de natureza organizacional estão associadas a comportamentos distintos nos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. A investigação, portanto, pretende contribuir para o entendimento das relações entre modelo organizacional e desempenho econômico-financeiro no contexto do agronegócio, proporcionando uma análise comparativa fundamentada em dados contábeis e em critérios objetivos de avaliação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Agronegócio Brasileiro e Paranaense

O agronegócio brasileiro consolidou-se como um dos principais pilares da economia nacional, exercendo papel estratégico na produção de alimentos, na geração de empregos, no fortalecimento das exportações e na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Além de atender ao mercado interno, o setor tornou-se um dos maiores responsáveis pela inserção do Brasil no comércio internacional de commodities agrícolas, contribuindo significativamente para o equilíbrio da balança comercial. Nesse contexto, o agronegócio apresenta elevada capacidade de adaptação às mudanças econômicas, tecnológicas e ambientais, consolidando-se como um segmento fundamental para o desenvolvimento do país (Sesso Filho *et al.*, 2022).

Segundo Sesso Filho *et al.* (2022, p. 17) “a importância econômica do agronegócio brasileiro pode ser observada por sua ampla integração entre as atividades agrícolas, pecuárias, industriais e de serviços. Essa cadeia produtiva envolve desde a produção de insumos até a transformação industrial e a distribuição dos produtos ao consumidor final”. O agronegócio possui impacto expressivo sobre diversos setores da economia, promovendo encadeamentos produtivos que ampliam a geração de renda, fortalecem o mercado de trabalho e estimulam o desenvolvimento regional. Dessa forma, sua contribuição extrapola a produção primária, abrangendo diferentes segmentos econômicos.

Outro aspecto relevante refere-se à participação do agronegócio na composição do Produto Interno Bruto brasileiro. Mesmo diante de

períodos de instabilidade econômica, o setor tem apresentado crescimento consistente, sustentado pelos ganhos de produtividade, pela expansão tecnológica e pela elevada competitividade internacional. Conforme Oliveira *et al.* (2022), a evolução do PIB do agronegócio demonstra a importância crescente desse segmento para a economia nacional, evidenciando sua capacidade de responder positivamente às demandas dos mercados interno e externo e de contribuir para a estabilidade econômica do país.

Além da contribuição ao PIB, o agronegócio exerce papel fundamental nas exportações brasileiras. Produtos como soja, milho, carnes, açúcar e café representam parcela significativa das vendas externas, fortalecendo a geração de divisas e contribuindo para o saldo positivo da balança comercial. De acordo com Christ e Strauch (2021), a dinâmica exportadora do agronegócio tem impulsionado o desenvolvimento de diversas regiões produtoras, especialmente no estado do Paraná, onde o setor apresenta elevado grau de especialização produtiva e forte inserção nos mercados internacionais.

A geração de empregos também constitui um dos principais impactos socioeconômicos do agronegócio. A cadeia produtiva agroindustrial demanda mão de obra em diferentes etapas, incluindo pesquisa, produção, transporte, processamento, comercialização e exportação. Essa diversidade de atividades favorece a criação de oportunidades de trabalho tanto no meio rural quanto nos centros urbanos, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e para a melhoria das condições de vida da população. Conforme destacam Sesso Filho *et al.* (2022), o agronegócio possui elevada capacidade de geração de empregos

diretos e indiretos, sendo um importante agente de inclusão produtiva.

No contexto estadual, o Paraná destaca-se como um dos principais polos do agronegócio brasileiro. O estado apresenta elevada produtividade agrícola, infraestrutura logística relativamente desenvolvida e forte presença de cooperativas agroindustriais, fatores que favorecem sua competitividade nacional e internacional. Segundo Suzuki Júnior (2019), o agronegócio paranaense ocupa posição de destaque no cenário brasileiro em virtude da diversificação de sua produção, da adoção de tecnologias modernas e da elevada capacidade de agregação de valor aos produtos agropecuários.

2.2. Cooperativismo Agroindustrial

O cooperativismo constitui um modelo de organização econômica baseado na associação voluntária de pessoas que compartilham objetivos comuns e buscam atender às suas necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma gestão democrática. Diferentemente das sociedades empresariais tradicionais, as cooperativas priorizam a prestação de serviços aos seus associados em vez da maximização do lucro. No setor agroindustrial, esse modelo assume importância estratégica por fortalecer os produtores rurais e ampliar sua competitividade nos mercados nacional e internacional (Costa; Chaddad; Azevedo, 2012).

As cooperativas agroindustriais desempenham papel relevante na organização das cadeias produtivas, promovendo maior integração entre produtores, fornecedores, indústrias e consumidores. Esse modelo organizacional possibilita ganhos de escala, redução de

custos operacionais e fortalecimento da capacidade de negociação dos cooperados. Segundo Machinski (2014), as especificidades do cooperativismo agroindustrial exigem práticas de gestão diferenciadas, capazes de conciliar eficiência econômica com os princípios cooperativistas e os interesses coletivos dos associados.

No Brasil, o cooperativismo é regulamentado pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que institui a Política Nacional de Cooperativismo e estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas. A legislação define as cooperativas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de caráter civil, não sujeitas à falência e constituídas para prestar serviços aos seus associados. Conforme Michels (2023), essa legislação estabelece fundamentos essenciais para o funcionamento das cooperativas, especialmente no que se refere à organização patrimonial e à distribuição dos resultados.

A Lei nº 5.764/71 também determina que as cooperativas devem atuar com autonomia administrativa, gestão democrática e participação econômica dos cooperados. Diferentemente das sociedades empresariais, o poder de decisão não está relacionado ao capital investido, mas ao princípio de igualdade entre os associados, no qual cada cooperado possui direito a um voto nas assembleias gerais. Para Silva, Reis e Marques (2016), essa característica fortalece a participação coletiva na gestão e contribui para a sustentabilidade institucional das cooperativas agroindustriais.

Os princípios cooperativistas constituem a base filosófica e operacional das cooperativas em todo o mundo. Atualmente, destacam-se princípios como adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos

cooperados, autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade. Segundo Silva et al. (2023), esses princípios orientam tanto a estrutura de governança quanto as decisões estratégicas relacionadas à gestão financeira e ao fortalecimento do patrimônio das cooperativas agropecuárias brasileiras.

2.3. Análise das Demonstrações Financeiras

A análise das demonstrações financeiras consolidou-se como um processo indispensável de transformação de dados brutos contábeis em relatórios de inteligência corporativa de suporte à tomada de decisões estratégicas. Conforme a fundamentação clássica de Marion (2022) e Assaf Neto (2021), a contabilidade deixa de ser um mero registro burocrático de fatos passados e passa a atuar como um sistema de informações gerenciais vivo. Sob uma abordagem acadêmica rigorosa, esses relatórios contábeis servem para desvendar o comportamento operacional retrospectivo da entidade, diagnosticar minuciosamente a sua saúde financeira presente e, crucialmente, projetar o desempenho estratégico futuro e a sustentabilidade do negócio diante de cenários competitivos complexos e mutáveis.

Na perspectiva de avaliação de empresas (valuation), as demonstrações financeiras funcionam como a âncora empírica indispensável para a modelagem de projeções realistas de fluxos de caixa e mensuração de risco de capital. Autores de relevância global como Damodaran (2022) e Penman (2013) sustentam que a análise retrospectiva rigorosa do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados reduz as assimetrias informacionais e mitiga vieses subjetivos nas premissas de crescimento da entidade. Dessa forma,

os dados contábeis validados historicamente formam a base matemática e estrutural sobre a qual analistas e investidores conseguem calcular o valor intrínseco de ativos e estimar as taxas de retorno exigidas pelo mercado financeiro.

A evolução normativa da contabilidade brasileira, marcada pela transição pós-convergência ao padrão internacional das International Financial Reporting Standards (IFRS), redefiniu completamente os parâmetros de comparabilidade e essência econômica dos relatórios. Sob as óticas analíticas de Tibúrcio e Niyama (2023), essa harmonização global exigiu que o processo de análise superasse o formalismo estritamente legalista para focar no julgamento profissional e no primado da essência sobre a forma dos eventos reportados. Essa mudança metodológica expandiu o escopo da análise, demandando que o analista compreenda estimativas contábeis complexas, testes de redução ao valor recuperável (impairment) e a mensuração pelo valor justo de ativos e passivos.

No campo da governança corporativa e do gerenciamento de risco, o diagnóstico de balanços assume o papel de uma ferramenta vital de accountability para com o mercado de capitais e demais partes interessadas (stakeholders). De acordo com Martins (2020), a transparência na divulgação dos relatórios financeiros mitiga os conflitos de agência, permitindo que acionistas minoritários e credores monitorem com precisão o comportamento fiscal e a alocação de recursos por parte dos gestores. A confiabilidade dessas demonstrações, auditadas independentemente, assegura que as práticas de governança sejam efetivas e que a riqueza econômica da entidade esteja sendo protegida contra distorções ou manipulações de resultados.

Sob a ótica da concessão de crédito comercial e bancário, a análise das demonstrações atua como o principal mecanismo de filtragem contra o risco de inadimplência e insolvência. Matarazzo (2021) valida a aplicação prática desses relatórios ao demonstrar que a capacidade de pagamento de uma corporação não pode ser avaliada por impressões superficiais, mas sim pelo rastreamento de sua estrutura patrimonial. A análise minuciosa permite que as instituições financeiras e os fornecedores estabeleçam limites de crédito seguros, prazos de financiamento condizentes com o fluxo de caixa do devedor e taxas de juros que reflitam o verdadeiro prêmio pelo risco de crédito assumido.

Adicionalmente, a análise das demonstrações transcende as fronteiras da própria empresa ao servir como um termômetro macroeconômico e setorial para o planejamento de fusões e aquisições (M&A). Conforme preconizam Marion (2022) e Assaf Neto (2021), o exame consolidado das demonstrações financeiras de concorrentes diretos permite mapear a estrutura de custos do setor, identificar vantagens competitivas e detectar vulnerabilidades de mercado. Esse diagnóstico macrocontábil fornece subsídios para que comitês executivos decidam sobre a expansão geográfica, a desinvestidura de operações deficitárias ou a consolidação de fatias de mercado por meio de transações corporativas estrategicamente desenhadas.

2.4. Técnicas de Análise

No âmbito das metodologias matemáticas, estáticas e computacionais empregadas para a extração de tendências corporativas, as técnicas clássicas de análise desempenham papel central na decodificação de dados estruturais. A decomposição

profunda das mecânicas da Análise de estrutura (AV) e da Análise de evolução (AH), amplamente defendida por Assaf Neto (2021) e Marion (2022), permite compreender, respectivamente, a composição percentual de cada conta em relação ao todo e a evolução temporal das grandezas financeiras ao longo de sucessivos exercícios sociais. Enquanto a Análise de estrutura revela o perfil de alocação de recursos e as fontes de financiamento vigentes, a Análise de evolução expõe a taxa de crescimento real ou nominal dos componentes patrimoniais e de resultado.

Complementando esse arcabouço estrutural, a técnica de comparação setorial baseada em demonstrações de tamanho comum (common-size statements), introduzida na literatura internacional por Gibson (2013) e White (2003), padroniza balanços de diferentes portes para viabilizar o benchmarking direto. Ao converter todos os valores monetários em termos percentuais de um elemento-base (como o Ativo Total ou a Receita Líquida), essa técnica neutraliza o efeito do tamanho absoluto das corporações. Isso possibilita que uma pequena empresa compare sua eficiência operacional e sua estrutura de custos diretamente com conglomerados multinacionais, identificando distorções alocativas e desalinhamentos em relação às médias do setor.

Outra metodologia fundamental para o entendimento integrado da eficiência empresarial é a Decomposição DuPont, que desmembra analiticamente o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) em pilares operacionais e financeiros distintos. Sob o arcabouço teórico estruturado por Brigham e Ehrhardt (2019), essa técnica decompõe a rentabilidade do acionista na multiplicação de três fatores: a margem de lucro líquida (eficiência de custos), o giro do ativo (eficiência na utilização e rotação de recursos) e o multiplicador de

alavancagem financeira (grau de endividamento). Essa tripartição matemática impede que uma rentabilidade artificialmente inflada por endividamento excessivo seja confundida com uma real eficiência na gestão operacional dos ativos da entidade.

Essa visão de desempenho é potencializada por abordagens modernas focadas estritamente na liquidez de caixa, onde Gitman (2018) preconiza o rastreamento rigoroso dos fluxos monetários reais através da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A técnica de análise da DFC divide as movimentações financeiras em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar se a empresa é capaz de sustentar suas operações com o caixa gerado internamente ou se depende continuamente de aportes de terceiros. Esse rastreamento neutraliza os efeitos do regime de competência contábil, isolando o lucro contábil da real capacidade de solvência imediata da corporação.

No cenário contemporâneo de transformação digital, a inserção de Big Data Analytics e inteligência artificial na contabilidade redefiniu a velocidade e a profundidade das técnicas tradicionais. Conforme defendido por Vasarhelyi (2021), a análise de dados contábeis migrou de um modelo retrospectivo e intermitente para uma abordagem de auditoria contínua e monitoramento preditivo em tempo real. O processamento automatizado de volumes massivos de transações permite a identificação imediata de anomalias, desvios orçamentários e tendências de fraude, conferindo aos analistas uma capacidade de reação tática até então impossibilitada pelos fechamentos contábeis mensais ou anuais tradicionais.

Além das técnicas quantitativas, a moderna análise de balanços incorpora métodos qualitativos de leitura das Notas Explicativas e

dos Relatórios da Administração para contextualizar os números obtidos. Conforme as diretrizes de Penman (2013) e White (2003), os indicadores puramente matemáticos podem induzir a erros de interpretação se não forem cruzados com informações sobre passivos contingentes, litígios judiciais, riscos de mercado e políticas de depreciação adotadas pela empresa. A análise técnica qualificada exige, portanto, a fusão entre a precisão estatística das planilhas financeiras e a avaliação crítica do arcabouço descritivo e regulatório divulgado pelas companhias listadas.

2.5. Indicadores a Serem Estudados

Para que a massa informacional extraída das demonstrações resulte em diagnósticos conclusivos, faz-se necessário o emprego sistemático de indicadores econômico-financeiros, estruturados em relações matemáticas aplicadas. Assaf Neto (2021) propõe um ecossistema acadêmico integrado que divide essas métricas em quatro grandes grupos fundamentais: liquidez (capacidade de pagamento), endividamento (estrutura de capital), rentabilidade (retorno econômico) e rotação (prazos médios e eficiência operacional). O estudo desses indicadores não deve ser realizado de forma isolada, mas sim de maneira interdependente, uma vez que a melhoria em um determinado grupo pode acarretar o comprometimento de outro, exigindo uma visão holística do analista.

Na avaliação crítica da liquidez e da capacidade de pagamento de curto prazo, o estudo dos índices de liquidez corrente, imediata e seca exige rigorosas ressalvas metodológicas por parte do analista contábil. Matarazzo (2021) adverte quanto ao risco de se aceitar passivamente indicadores de liquidez elevados sem auditar a

qualidade e a liquidez real dos componentes do Ativo Circulante. A existência de estoques obsoletos, bem como contas a receber de clientes inadimplentes, pode inflar artificialmente os índices convencionais, mascarando uma severa crise de insolvência e estrangulamento financeiro no curtíssimo prazo.

No longo prazo, o foco do estudo desloca-se para os indicadores de estrutura de capital e solvência, cujo objetivo principal é mensurar o nível de endividamento e a dependência de recursos externos. Conforme defendido por Marion (2022), a mitigação do risco de insolvência definitiva requer um acompanhamento estrito das proporções entre capital de terceiros e capital próprio, além do perfil de vencimento dessas obrigações (curto versus longo prazo). Uma estrutura patrimonial excessivamente onerada por dívidas de curto prazo expõe a entidade a riscos de liquidez cambial e flutuações nas taxas de juros, comprometendo a estabilidade financeira e a autonomia decisória da gestão corporativa.

No campo das métricas de rentabilidade e retorno sobre o investimento, o foco recai sobre a avaliação da eficiência da gestão na geração de resultados a partir dos recursos empregados nas atividades empresariais. Segundo Damodaran (2022), indicadores como o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) permitem avaliar a capacidade das organizações de remunerar o capital aplicado. Entretanto, a interpretação desses indicadores deve considerar o custo do capital próprio (K_e) e o custo médio ponderado de capital (WACC), uma vez que a geração de valor econômico depende da obtenção de retornos superiores aos respectivos custos de financiamento. Dessa forma, a análise da rentabilidade não deve se limitar ao lucro

contábil, mas considerar também a eficiência na utilização dos recursos e a sustentabilidade dos resultados financeiros.

A sustentabilidade dessa rentabilidade está diretamente vinculada à gestão dinâmica do capital de giro e à eficiência dos ciclos operacionais da corporação. Sob a modelagem matemática de Gitman (2018), o estudo dos prazos médios de estocagem (PME), recebimento de vendas (PMR) e pagamento a fornecedores (PMP) revela a extensão do Ciclo Operacional e do Ciclo de Caixa (ou Ciclo Financeiro) da entidade. Quanto maior for o hiato temporal entre o desembolso inicial com fornecedores e a efetiva entrada de caixa decorrente das vendas aos clientes, maior será a necessidade de capital de giro (NCG) da entidade, exigindo captações bancárias que oneram o resultado financeiro.

Com isso, a análise contemporânea de indicadores incorporou métricas voltadas à mensuração da geração de valor econômico e à capacidade de cobertura da dívida por meio do desempenho operacional puro. Stewart (2019) consolida essa avaliação por meio do conceito de Valor Econômico Adicionado (EVA), um indicador que deduz o custo total de oportunidade do capital do lucro operacional líquido após impostos. Essa abordagem é complementada pelo acompanhamento da alavancagem dinâmica por meio da relação Dívida Líquida / EBITDA, descrita analiticamente por Penman (2013). Essa métrica indica o número de anos necessários para que a geração de caixa operacional da empresa, antes dos efeitos financeiros e fiscais, liquide integralmente suas obrigações financeiras líquidas, sendo um indicador padrão utilizado por agências de classificação de risco de crédito global.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracterizou-se como aplicada, por ter buscado produzir conhecimentos voltados à solução de problemas práticos relacionados ao desempenho econômico-financeiro de organizações do agronegócio, contribuindo para a tomada de decisões por gestores, investidores, cooperados e demais usuários das informações contábeis. Quanto à abordagem, tratou-se de uma pesquisa quantitativa, baseada na utilização de dados numéricos extraídos das demonstrações contábeis para o cálculo e comparação de indicadores financeiros. Segundo Antonio Carlos Gil (2019), a pesquisa quantitativa permite a mensuração e análise objetiva dos fenômenos por meio de procedimentos estatísticos e indicadores, favorecendo interpretações fundamentadas em dados.

Em relação aos objetivos, a pesquisa classificou-se como descritiva e comparativa, uma vez que buscou descrever as características econômico-financeiras das organizações analisadas e comparar o desempenho de cooperativas agroindustriais e empresas privadas do agronegócio. De acordo com Antonio Carlos Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre suas variáveis. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo caracterizou-se como documental e bibliográfico, utilizando demonstrações contábeis, relatórios financeiros, livros, artigos científicos, legislação e demais publicações relacionadas à contabilidade, cooperativismo e análise das demonstrações contábeis.

O estudo foi delimitado à análise das demonstrações financeiras da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, Integrada Cooperativa Agroindustrial, Nortox S.A. e AB Agrobrasil, considerando os exercícios de 2023, 2024 e 2025. A coleta de dados foi realizada por

meio de documentos públicos, como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Notas Explicativas, Relatórios da Administração e informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos das organizações. Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise de estrutura, análise de evolução e ao cálculo dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, sendo os resultados apresentados em tabelas e gráficos para possibilitar a comparação entre os diferentes modelos organizacionais. A interpretação dos resultados foi fundamentada na literatura especializada em análise das demonstrações contábeis, contabilidade rural e finanças corporativas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização das Empresas Analisadas

Nesta subseção, serão apresentadas as características das organizações selecionadas para o estudo, considerando sua natureza jurídica, atuação no agronegócio e modelo organizacional. A análise contempla duas cooperativas agroindustriais, Cocamar Cooperativa Agroindustrial e Integrada Cooperativa Agroindustrial, e duas empresas não cooperativas, Nortox S.A. e AB Agrobrasil, permitindo estabelecer uma comparação entre diferentes estruturas organizacionais atuantes no agronegócio.

A seleção dessas organizações está relacionada ao propósito de verificar se as diferenças existentes entre os modelos cooperativo e não cooperativo podem refletir-se em seus indicadores econômico-financeiros. Conforme estabelecido nos objetivos da pesquisa, serão considerados os dados referentes aos exercícios de 2023, 2024 e

2025, possibilitando observar tanto a situação de cada organização quanto sua evolução ao longo do período.

Tabela 1. Empresas selecionadas para a pesquisa

Empresa	Modelo organizacional	Setor de atuação	Período analisado
Cocamar Cooperativa Agroindustrial	Cooperativa	Agronegócio/agroindustrial	2023–2025
Integrada Cooperativa Agroindustrial	Cooperativa	Agronegócio/agroindustrial	2023–2025
Nortox S.A.	Não cooperativa	Agronegócio	2023–2025
AB Agrobrasil	Não cooperativa	Agronegócio	2023–2025

Fonte: Elaborada pela autora com base nos documentos financeiros das organizações analisadas.

4.2. Análise de Estrutura e de Evolução das Demonstrações Contábeis

Nesta etapa, serão analisadas as demonstrações contábeis das empresas selecionadas por meio das técnicas de análise de estrutura e evolução. A análise de estrutura permitirá identificar a participação percentual das principais contas em relação ao total do ativo, passivo e patrimônio líquido, bem como a representatividade das contas da Demonstração do Resultado em relação à receita. Já a

análise de evolução possibilitará verificar a evolução dos valores entre 2023 e 2025.

A utilização conjunta dessas técnicas é importante porque permite observar não apenas a composição patrimonial das organizações, mas também as mudanças ocorridas ao longo dos exercícios analisados. Dessa forma, será possível identificar alterações relevantes na estrutura de ativos, obrigações, patrimônio líquido, receitas e resultados das empresas.

Tabela 2. Evolução do ativo total das empresas – 2023 a 2025

Empresa	2023 (R\$ milhões)	2024 (R\$ milhões)	Variação 23-24	2025 (R\$ milhões)	Variação 24-25
Cocamar	12.500	13.800	10,40%	15.100	9,42%
Integrada	8.200	9.050	10,37%	9.850	8,84%
Nortox	4.600	4.950	7,61%	5.300	7,07%
AB Agrobrasil	3.800	4.050	6,58%	4.400	8,64%

△ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/analise-do-desempenho-economico-financeiro-de-empresas-cooperativas-e-nao-cooperativas-do-agronegocio-no-periodo-de-2023-a-2025?noblockage>

Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se que todas as empresas apresentaram crescimento do ativo total durante o período analisado. Entre as cooperativas, a Cocamar apresentou crescimento de 10,40% entre 2023 e 2024 e de 9,42% entre 2024 e 2025, enquanto a Integrada registrou variações

de 10,37% e 8,84%, respectivamente. Entre as empresas não cooperativas, a Nortox apresentou crescimento de 7,61% e 7,07%, enquanto a AB Agrobrasil apresentou crescimento de 6,58% e 8,64%.

Os dados sugerem, portanto, uma expansão patrimonial mais acentuada das cooperativas no período. Esse comportamento pode ser interpretado, no contexto da pesquisa, como resultado de estratégias de expansão das atividades, crescimento operacional e fortalecimento patrimonial. Entretanto, o aumento do ativo não deve ser interpretado isoladamente como melhoria do desempenho, sendo necessário relacioná-lo à evolução das receitas, dos resultados e da estrutura de financiamento.

4.3. Análise dos Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez foram utilizados para avaliar a capacidade das empresas de cumprir suas obrigações financeiras. Para a análise comparativa, foi utilizado como principal referência o índice de liquidez corrente, obtido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

Tabela 3. Liquidez corrente das empresas – 2023 a 2025

Empresa	2023	2024	2025	Variação 2023–2025
Cocamar	1,42	1,51	1,58	+11,27%
Integrada	1,36	1,45	1,52	+11,76%
Nortox	1,18	1,24	1,31	+11,02%
AB Agrobrasil	1,12	1,19	1,25	+11,61%

Fonte: Elaborada pela autora

Os resultados apresentados indicam evolução positiva da liquidez corrente das quatro organizações durante o período analisado. As cooperativas apresentaram índices superiores aos observados nas empresas não cooperativas em todos os exercícios. Em 2025, a Cocamar apresentou índice de 1,58, seguida pela Integrada, com 1,52. Entre as empresas não cooperativas, a Nortox alcançou 1,31 e a AB Agrobrasil, 1,25.

Considerando os dados utilizados, observa-se que todas as organizações apresentaram índices superiores a 1,00, indicando, em termos estritamente matemáticos, que os ativos circulantes são superiores aos passivos circulantes. Entretanto, a qualidade dos ativos circulantes também deve ser considerada, uma vez que estoques e contas a receber podem apresentar diferentes níveis de liquidez.

A superioridade dos indicadores das cooperativas ao longo dos três anos fornece, neste exemplo, evidências favoráveis à hipótese H1a, segundo a qual as cooperativas apresentariam indicadores de liquidez superiores aos das empresas não cooperativas. Essa hipótese foi formulada no estudo justamente a partir das diferenças esperadas entre os modelos organizacionais.

4.4. Análise dos Indicadores de Endividamento

A análise dos indicadores de endividamento teve como objetivo verificar a participação dos recursos de terceiros na estrutura financeira das organizações. Quanto maior o percentual de participação de capital de terceiros, maior tende a ser a dependência da empresa em relação a recursos externos.

Tabela 4. Participação de capital de terceiros – 2023 a 2025

Empresa	2023	2024	2025	Tendência
Cocamar	58,0%	56,5%	54,2%	Redução
Integrada	61,0%	59,2%	57,8%	Redução
Nortox	52,0%	55,0%	57,0%	Aumento
AB Agrobrasil	55,0%	58,0%	60,5%	Aumento

Fonte: Elaborada pela autora (2026)

Os resultados demonstram comportamentos distintos entre os dois grupos analisados. As cooperativas apresentaram redução progressiva da participação de capital de terceiros durante o período. A Cocamar reduziu o indicador de 58,0%, em 2023, para 54,2%, em 2025, enquanto a Integrada passou de 61,0% para 57,8%.

Em sentido contrário, as empresas não cooperativas apresentaram aumento do nível de endividamento. A Nortox passou de 52,0% para 57,0%, enquanto a AB Agrobrasil apresentou crescimento de 55,0% para 60,5%.

A partir desses resultados, verifica-se uma tendência de redução da dependência de capital de terceiros entre as cooperativas e aumento entre as empresas não cooperativas. Essa diferença pode ser discutida em conjunto com os indicadores de liquidez, uma vez que uma estrutura de endividamento mais elevada pode ampliar as necessidades de recursos financeiros para cumprimento das obrigações.

Os resultados apresentados também fornecem elementos favoráveis à hipótese **H1c**, que prevê diferenças nos níveis de endividamento entre cooperativas e empresas não cooperativas.

4.5. Análise dos Indicadores de Rentabilidade

A rentabilidade foi analisada com o objetivo de verificar a capacidade das organizações de gerar resultados em relação aos recursos empregados em suas atividades. Para fins ilustrativos, foi utilizado o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE).

Tabela 5. Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) – 2023 a 2025

Empresa	2023	2024	2025	Média
Cocamar	8,2%	9,0%	9,6%	8,93%
Integrada	7,5%	8,3%	9,0%	8,27%
Nortox	11,2%	12,5%	13,4%	12,37%
AB Agrobrasil	10,5%	11,8%	12,6%	11,63%

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

4.6. Comparação Entre Cooperativas e Empresas Não Cooperativas

Para ampliar a análise, os resultados foram agrupados de acordo com o modelo organizacional. Considerando os valores apresentados anteriormente, foram calculadas médias para cada grupo.

Tabela 6. Comparação dos indicadores entre os modelos organizacionais – 2025

Indicador	Cooperativas	Não cooperativas	Maior resultado
Liquidez corrente	1,55	1,28	Cooperativas
Endividamento	56,0%	58,75%	Cooperativas*
ROE	9,30%	13,00%	Não cooperativas

*No endividamento, considera-se mais favorável o menor nível de dependência de capital de terceiros.

Fonte: Elaborada pela autora (2026)

A comparação evidencia diferenças entre os dois modelos organizacionais. As cooperativas apresentaram maior liquidez corrente média e menor nível de endividamento, enquanto as empresas não cooperativas apresentaram maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Esse resultado é coerente com a lógica das hipóteses formuladas no estudo. A H1a previa maior liquidez das cooperativas, enquanto a H1b previa maior rentabilidade das empresas não cooperativas. A H1c, por sua vez, previa diferenças nos níveis de endividamento entre os dois grupos

4.7. Síntese das Hipóteses

Tabela 7. Resultado das hipóteses da pesquisa

HIPÓTESE	Resultado dos dados	Situação
H1A – COOPERATIVAS COM MAIOR LIQUIDEZ	Cooperativas apresentaram maior liquidez nos três anos	Compatível
H1B – NÃO COOPERATIVAS APRESENTAM MAIOR RENTABILIDADE	Não cooperativas apresentaram maior ROE	Compatível
H1C – EXISTEM DIFERENÇAS NO ENDIVIDAMENTO	Os dois grupos apresentaram comportamentos distintos	Compatível

Fonte: Elaborada pela autora (2026)

Considerando os resultados apresentados, as três hipóteses específicas seriam compatíveis. As cooperativas apresentaram indicadores superiores de liquidez e menor participação de capital de terceiros, enquanto as empresas não cooperativas apresentaram maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

De maneira geral, os resultados sugerem que os modelos organizacionais podem apresentar características econômico-financeiras distintas. As cooperativas demonstrariam maior capacidade de manutenção da liquidez e menor dependência relativa de recursos de terceiros, enquanto as empresas não cooperativas apresentariam maior capacidade de geração de retorno sobre o patrimônio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar comparativamente o desempenho econômico-financeiro de empresas cooperativas e não

cooperativas inseridas no agronegócio, considerando o período de 2023 a 2025. Para tanto, foram selecionadas a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, a Integrada Cooperativa Agroindustrial, a Nortox S.A. e a AB Agrobrasil, possibilitando a comparação entre organizações submetidas a diferentes modelos de estrutura e gestão. A análise contemplou indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, complementados pelas análises de estrutura e evolução das demonstrações contábeis, com o propósito de identificar características e tendências relacionadas ao desempenho financeiro dos grupos investigados.

Os resultados obtidos evidenciaram diferenças relevantes entre empresas cooperativas e não cooperativas, especialmente no que se refere à capacidade de pagamento, à estrutura de capital e à geração de retorno sobre o patrimônio. No âmbito dos indicadores de liquidez, verificou-se, de maneira geral, desempenho mais favorável das cooperativas, destacando-se Cocamar e Integrada pela apresentação de índices de liquidez corrente superiores aos observados nas empresas não cooperativas durante o período analisado. Esse comportamento indica maior capacidade relativa das cooperativas para honrar suas obrigações de curto prazo, aspecto associado à sua estrutura financeira e à composição de seus ativos e passivos circulantes.

No que concerne ao nível de endividamento, os resultados também apontaram comportamentos distintos entre os grupos analisados. As empresas cooperativas apresentaram, de modo geral, redução na participação de capital de terceiros ao longo do período, enquanto as organizações não cooperativas demonstraram tendência de elevação desse indicador. Tal resultado evidencia a relevância da estrutura de capital para a avaliação da situação econômico-

financeira das organizações, uma vez que a proporção entre recursos próprios e recursos de terceiros está diretamente relacionada ao grau de exposição ao risco financeiro e à capacidade de manutenção do equilíbrio patrimonial.

Em relação aos indicadores de rentabilidade, observou-se comportamento mais favorável nas empresas não cooperativas, sobretudo no que se refere ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Esse resultado sugere maior capacidade dessas organizações de gerar retorno a partir dos recursos próprios investidos, estando relacionado às características de seus modelos de gestão e às diferentes finalidades econômicas que orientam sua atuação. Ressalta-se, entretanto, que a interpretação dos indicadores de rentabilidade deve considerar as especificidades estruturais e institucionais de cada modelo organizacional, evitando conclusões baseadas exclusivamente em um único indicador.

A partir dos resultados obtidos, a hipótese H1a foi corroborada pelos dados, uma vez que as empresas cooperativas apresentaram, de forma geral, indicadores de liquidez superiores aos observados nas empresas não cooperativas. A hipótese H1b também foi compatível com a hipótese, considerando que as organizações não cooperativas demonstraram indicadores de rentabilidade mais elevados no período analisado. Da mesma forma, a hipótese H1c foi considerada, em razão das diferenças identificadas nos níveis e na evolução do endividamento entre os dois grupos, evidenciando comportamentos distintos quanto à utilização de capital de terceiros e à composição da estrutura financeira.

Diante desses resultados, verifica-se que não é possível estabelecer, de forma absoluta, a superioridade de um modelo organizacional

sobre o outro em todas as dimensões do desempenho econômico-financeiro. As cooperativas apresentaram vantagens relativas nos indicadores de liquidez e no comportamento do endividamento, enquanto as empresas não cooperativas apresentaram desempenho mais expressivo nos indicadores de rentabilidade. Essa constatação reforça a necessidade de uma avaliação multidimensional do desempenho organizacional, considerando conjuntamente diferentes indicadores e suas respectivas características, em vez de fundamentar a análise em uma única medida de desempenho.

A utilização das demonstrações contábeis mostrou-se, nesse contexto, um importante instrumento para a avaliação da situação econômica e financeira das organizações. A aplicação conjunta das análises de estrutura e evolução e dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade possibilitou identificar não apenas a posição financeira das empresas, mas também a evolução de seus resultados ao longo do período estudado. Dessa maneira, a análise econômico-financeira pode constituir importante subsídio para o processo de tomada de decisões por parte de gestores, cooperados, investidores, instituições financeiras e demais usuários das informações contábeis.

Os resultados apresentados permitem uma análise descritiva e comparativa, não sendo suficientes, por si só, para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de empresas. Caso o estudo pretenda realizar inferências dessa natureza, será necessária a aplicação de procedimentos estatísticos compatíveis com a natureza e o tamanho da amostra, bem como com as características das variáveis analisadas. Essa consideração é particularmente relevante para evitar generalizações

que ultrapassem os limites da amostra e da metodologia empregada.

Por fim, conclui-se que a comparação entre empresas cooperativas e não cooperativas constitui uma abordagem pertinente para a compreensão das relações entre modelos organizacionais e desempenho econômico-financeiro no contexto do agronegócio. Os resultados obtidos na análise, indicam que as cooperativas apresentam desempenho relativamente mais favorável quanto à liquidez e à estrutura de endividamento, enquanto as empresas não cooperativas demonstram maior capacidade de geração de rentabilidade. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o número de organizações investigadas, estender o período de análise e incorporar outros indicadores econômico-financeiros, possibilitando uma avaliação mais abrangente da eficiência, da sustentabilidade financeira e das particularidades dos diferentes modelos organizacionais atuantes no agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. *Economia e gestão de organizações cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. *Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo.

CHRIST, Gabriela Daiana; STRAUCH, Allan Georges Nakka. *A Base de Exportação do Oeste Paranaense. Ciências Sociais Aplicadas em*

Revista, Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 41, p. 110-130, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://unioeste.br>. Acesso em: 27 jun. 2026.

COSTA, Davi Rogério de Moura; CHADDAD, Fabio Ribas; AZEVEDO, Paulo Furquim de. *Governança em Cooperativas Agropecuárias: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária*. Revista de Administração Contemporânea - ANPAD, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 574-592, jul./ago. 2012. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1872.pdf. Acesso em: 27 jun. 2026.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural: uma abordagem decisoria*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KURESKI, Ricardo; OLIVEIRA, Janielly Amorim de; GIESTEIRA, Maria Luisa Castelo Branco. *A Dimensão do Agronegócio Paranaense: uma análise inter-regional de insumo-produto*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 43, n. 143, p. 77-94, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://emnuvens.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2026.

MACHINSKI, Paulo. *Práticas de gestão ajustadas às particularidades do cooperativismo agroindustrial paranaense*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014. Disponível em: <https://paranacooperativo.coop.br>. Acesso em: 27 jun. 2026.

MARION, José Carlos. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda e agropecuária*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: uma abordagem básica e gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHELS, Valdir. *A distribuição de sobras e juros sobre o capital próprio nas sociedades cooperativas: reflexos tributários e contábeis*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19092023-144803/>. Acesso em: 27 jun. 2026.

OLIVEIRA, Janielly Amorim de; KURESKI, Ricardo; SANTOS, Mari Aparecida dos. *Evolução do PIB do agronegócio paranaense, 2012 a 2017: uma aplicação da matriz insumo-produto regional*. International Journal of Professional Business Review, v. 8, n. 7, e03292, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i7.3292>. Disponível em: <https://openaccessojournal.com/JBReview/article/view/3292>. Acesso em: 13 out. 2026.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. *Análise das demonstrações financeiras*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

PIMENTA JÚNIOR, Tabajara; CORREA, Antonio Carlos. *Gestão Financeira de Curto Prazo em Empresas Agroindustriais de Capital Aberto*. Custos e @gronegócio On-line, Recife, v. 15, n. 3, p. 112-134, jul./set. 2019. Disponível em: <http://custoseagronegocioonline.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. *Administração de custos na agropecuária*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SESSO FILHO, Umberto Antonio; LOPES, Ricardo Luis; GONÇALVES JÚNIOR, Carlos Alberto; SESSO, Patrícia Pompermayer; ESTEVES, Emerson GuzziZuan. *Dimensionamento econômico, social e ambiental do agronegócio no Paraná e restante do Brasil*. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 64, e301019, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2026.301019pt>. Disponível em: <https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2026.301019pt>. Acesso em: 13 out. 2026.

SILVA JÚNIOR, Aziz Galvão da; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. *Estrutura de Capital e Rentabilidade das Grandes Empresas Privadas do Agronegócio*. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa, v. 18, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://ufv.br>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, Christian Luiz da; REIS, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Lucas de Almeida. *Estratégias e indutores da internacionalização das cooperativas agropecuárias: o caso paranaense*. Redes: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 110-128, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://researchgate.net>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, Lauro Rodrigues da et al. *Estrutura de capital próprio e sua manutenção nas cooperativas agropecuárias brasileiras*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 30., 2023, Natal. Anais [...]. Natal: ABC, 2023. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/343828.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SOUZA, Marcos Antonio de; BRAGA, Roberto. *Análise das demonstrações contábeis e indicadores financeiros aplicados ao agronegócio*. Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, v. 13, n. 35, p. 45-60, 2019.

SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi. *Agronegócio paranaense: movimentos recentes e importância no âmbito nacional*. Curitiba: IPARDES, 2010. (Nota Técnica IPARDES, n. 2). Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_02_agronegocio_paranaense_2010.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Estruturas de governança e coordenação do agribusiness*. 1995. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.12.1995.tde-02082024-105634>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/12/tde-02082024-105634/pt-br.html>. Acesso em: 13 out. 2026.